

Reinventando/recontando a Ditadura: novas narrativas e perspectivas para abordar a ditadura militar no ensino de sociologia e história na educação básica

 Gabriel Francisco Cavalcante Júnior¹,  Chirley Rodrigues Mendes²

^{1,2} Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT. Centro de Educação, Humanidades e Saúde. Rua 6, s/n, Vila Palmeiras. Tocantinópolis – TO. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: gabriel.junior@ufnt.edu.br

RESUMO. Este trabalho recorre aos livros didáticos de Sociologia e História da rede estadual de ensino do Tocantins para analisar os conteúdos da ditadura civil-militar de 1964 no Brasil e identificar possíveis lacunas nos fatos narrados sobre o período, bem como problematizar a forma como são narrados. O objetivo é mapear tais conteúdos do ensino médio propondo alternativas para supressão dessas lacunas. Buscaremos evidenciar as resistências da comunidade LGBTQIA+ durante a ditadura e suas contribuições para seu enfrentamento, visto tratar-se de um grupo excluído das narrativas oficiais sobre a ditadura. A partir da pesquisa bibliográfica em curso, percebe-se a invisibilização histórica desse grupo social nas narrativas sobre a ditadura militar brasileira e uma carência de trabalhos que abordem estes eventos históricos em interface com questões de gênero. Objetiva-se verificar em que medidas tais aspectos estão reproduzidos nos livros didáticos. Utilizamos abordagem qualitativa para pensar os materiais didáticos, focando nos significados e motivações nos conteúdos. Propõe-se, por fim, fomentar um ensino plural dos temas, capaz de contribuir para a construção e restituição da memória, da cidadania e dos direitos humanos para estes grupos.

Palavras-chave: livro didático, ditadura militar brasileira, comunidade lgbtqiap+, gênero, direitos humanos.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 10	e19451	UFNT	2025	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	-------	--------	------	------	-----------------



Reinventing/recounting the Dictatorship: new narratives and perspectives for approaching the military dictatorship in the teaching of sociology and history in basic education

ABSTRACT. This work uses the Sociology and History textbooks of the Tocantins state school system to analyze the content of the 1964 civil-military dictatorship in Brazil and identify possible gaps in the facts narrated about the period, as well as problematizing the way they are narrated. The aim is to map this content in high school and propose alternatives for eliminating these gaps. We will seek to highlight the resistance of the LGBTQIA+ community during the dictatorship and their contributions to confronting it, since they are a group excluded from the official narratives about the dictatorship. From the bibliographical research underway, we can see that this social group is historically invisible in the narratives about the Brazilian military dictatorship and that there is a lack of work that addresses these historical events in relation to gender issues. The aim is to verify the extent to which these aspects are reproduced in textbooks. We used a qualitative approach to think about the teaching materials, focusing on the meanings and motivations behind the content. Finally, we propose to encourage a plural teaching of the themes, capable of contributing to the construction and restitution of memory, citizenship and human rights for these groups.

Keywords: textbook, Brazilian military dictatorship, lgbtqiap+ community, gender, human rights.

Reinventando/relatando la Dictadura: nuevas narrativas y perspectivas para el abordaje de la dictadura militar en la enseñanza de sociología e historia en la educación básica

RESUMEN. Este trabajo utiliza los libros de sociología e historia del sistema escolar del estado de Tocantins para analizar el contenido de la dictadura cívico-militar de 1964 en Brasil e identificar posibles lagunas en los hechos narrados sobre el período, así como problematizar la forma en que se narran. El objetivo es mapear estos contenidos en la enseñanza secundaria y proponer alternativas para eliminar estas lagunas. Se buscará destacar la resistencia de la comunidad LGBTQIA+ durante la dictadura y sus aportes para enfrentarla, dado que son un grupo excluido de las narrativas oficiales sobre la dictadura. A partir de la investigación bibliográfica en curso, podemos constatar que este grupo social es históricamente invisibilizado en las narrativas sobre la dictadura militar brasileña y que faltan trabajos que aborden estos acontecimientos históricos en relación a las cuestiones de género. El objetivo es ver en qué medida estos aspectos se reproducen en los libros. Utilizamos enfoque cualitativo para reflexionar sobre los materiales didácticos, centrándonos en los significados y las motivaciones que subyacen al contenido. Al final, proponemos fomentar una enseñanza plural de los temas, capaz de contribuir a la construcción y restitución de la memoria, la ciudadanía y los derechos humanos para estos grupos.

Palabras clave: libro de texto, dictadura militar brasileña, comunidad lgbtqiap+, género, derechos humanos.

Introdução

A ditadura civil-militar brasileira, 1964-1985, durou cerca de 21 anos e representou um período de extrema violência para grupos sociais politicamente minoritários, como negros e homossexuais (terminologia utilizada na época para denominar a comunidade LGBTQ+ de um modo geral). Os regimes ditatoriais costumam ter em seus comandos homens brancos das elites econômicas e políticas, portanto, foram esses os principais responsáveis por impor seus ideais e seu modelo de sociedade para o Brasil durante a ditadura militar. Nesse período, houve muitas perseguições com a simples justificativa de que determinado grupo ou pessoa estaria infringindo a moral e os bons costumes que estruturariam a norma social vigente na sociedade brasileira da época, empreendendo violações de direitos civis e humanos por meio de dispositivos como a lei de vadiagem que autorizava prisões e abordagem policial.

É neste contexto turbulento e de forte repressão que surgem grupos e coletivos auto organizados que, aos poucos, estruturaram suas lutas contra as diversas violações sofridas e por reivindicação de seus direitos como cidadãos brasileiros. Um exemplo de coletivo criado nesse período é o *Somos: Grupo de afirmação homossexual*, que foi um dos maiores protagonistas das lutas por igualdade, contribuindo na organização de diversas manifestações, encontros e congressos pelo Brasil (Quinalha, 2021). Esta pesquisa, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins (FAPT), busca, através de seus resultados parciais, evidenciar as várias formas de resistência da comunidade LGBTQIA+ aos aparatos repressivos do estado ditatorial. Ao evocar o termo resistência, estaremos considerando quaisquer atos que vão contra as normas sociais e legais do período, como manifestações, encontros em bares, reuniões e participações em grupos e coletivos, e mesmo ações mais “violentas” como a navalha que as transexuais e travestis carregavam em baixo da língua como forma de arma, usando para se mutilar e, assim, não serem detidas ou para conseguir sersoltas após muitos dias de cárcere.

Esse período marca boa parte da história do Brasil e seus reflexos são sentidos ainda nos tempos atuais manifestando-se em hábitos e costumes preconceituosos reproduzidos pela sociedade. Também temos visto como, historicamente, os crimes da ditadura - além de não terem sido devidamente punidos - foram silenciados e as narrativas sobre os eventos deste período têm ocupado pouco espaço no debate público,

produzindo um vazio narrativo e dememória, a despeito das inúmeras pesquisas sobre o tema. Entendemos, aqui, que esse vazio narrativo e de produção de memória social é reproduzido também nos espaços escolares do ensino básico por meio de abordagens superficiais e parciais do período da ditadura militar brasileira que, geralmente, dão enfoque aos aparatos repressores e suas perseguições, concentrando as narrativas em alguns dos fatos que ganharam destaque nas páginas dos grandes jornais em âmbito nacional e em contextos urbanos metropolitanos da região sudeste. Diante disso, consideramos a necessidade de novas abordagens para a temática e, nesse sentido, propomos colocar em evidência as narrativas dos sujeitos e movimentos sociais que foram perseguidos, mas não contando mais uma vez as repressões e violências sofridas e sim as suas resistências e estratégias de confrontação dos poderes estabelecidos, destacando a importância que a comunidade LGBTQIA+ teve durante a ditadura.

A proposta é visibilizar as questões de gênero envolvidas no contexto do regime militar instituído no Brasil em 1964 e que nos permitem conhecer e compreender outras facetas desse período, bem como acessar a atuação de atores sociais pouco destacados nas narrativas oficiais. Para tanto, considera-se importante trabalhar com a esfera educacional e seu papel para construção de conhecimento e conscientização sobre o que foi, efetivamente, a ditadura militar, seus impactos nas vidas de grupos marginalizados como a população LGBTQIA+, bem como para visibilizar as agências e resistências deste grupo demonstrando sua contribuição para o combate das formas de violação de direitos humanos fundamentais perpetradas pelo Estado brasileiro nesse período. Acreditamos que estes esforços podem nos ajudar a pensar alternativas para um ensino plural e uma abordagem mais abrangente desses temas no espaço escolar, no sentido de contribuir com a construção e restituição da memória, cidadania e para conscientização coletiva e individual dos estudantes.

Recorte e Metodologia

A pesquisa em curso, que fundamenta este trabalho, tem caráter histórico em suas abordagens, uma vez que está focada no estudo de eventos já ocorridos, o que coloca a necessidade do uso de registros e fontes de outras pesquisas e dos arquivos disponíveis digitalmente. A produção de dados tem como base o levantamento bibliográfico com revisão de literatura especializada no assunto, a fim de selecionar informações sobre a

comunidade LGBTQIA+, uma vez que ainda se encontram poucas pesquisas referentes a este grupo disponíveis nos repositórios.

Este levantamento tem sido conjugado com pesquisa de arquivo, buscando por notícias de jornais e documentos oficiais na tentativa de encontrarmos dados que possibilitem uma análise do contexto histórico, político e sociocultural, bem como dos discursos e narrativas produzidos sobre a ditadura militar brasileira. Tomamos, portanto, como base a análise de discurso, visto que a mesma “busca se atentar aos detalhes históricos do discurso pronunciado e não apenas à textos escritos” (Bauer & Gaskell, 2002), o que nos leva a problematização de questões como: as formas como era tratado o universo homossexual na mídia da época; a visibilidade dada nesses documentos e estudos às formas de resistência protagonizadas pela população LGBTQIA+. Entende-se, ainda, que tanto as fontes históricas quanto os discursos e controvérsias públicas podem ser abordados etnograficamente pela pesquisa antropológica que se soma aqui como abordagem problematizadora das questões levantadas e também na conexão entre passado e presente.

A investigação desenvolvida na pesquisa de PIBIC oferece subsídios para o desdobramento aqui proposto na forma de uma breve pesquisa, de caráter exploratório, sobre os livros didáticos das disciplinas de história e sociologia utilizados nas redes estaduais de ensino do Tocantins. O foco é identificar a abordagem utilizada pelos autores para tratar do tema proposto, tornando possível evidenciar e problematizar as nuances textuais, bem como as lacunas contidas no ensino da ditadura brasileira. Utiliza-se, então, de métodos qualitativos que, segundo Minayo (2002, p. 21-22), trabalham os “significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” e que “não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Nesse sentido, a proposta tem algumas perguntas norteadoras, como: os temas referentes às homossexualidades são tratados nesses conteúdos disciplinares? Se são, de que forma são abordados? Quais perspectivas os autores trazem? Quais atores sociais, eventos e fenômenos presentes no período da ditadura militar têm tido destaque nesses materiais? Que tipo de narrativas, imaginários e memórias têm sido produzidos a partir dos livros didáticos?

Para melhor desenvolvimento e problematização dos dados, trabalharemos com algumas categorias que nos ajudam a interrogar o material analisado e definir classificações, noções e conceitos que funcionem como ferramenta de análise dos temas

abordados. Em outras palavras, utilizaremos categorias para definir/nominar ações que nos ajudaram a compreender determinadas situações e/ou informações, sendo essa abordagem característica de pesquisas qualitativas (Minayo, 2002). Utilizaremos o termo *resistência* como categoria que definirá ações realizadas por um grupo que contradizem os modos/normas dominantes do poder (Mahmood, 2019). Assim como também o binômio história oficial/história não oficial como noções problematizadoras das narrativas que tendem a privilegiar determinados aspectos e fatos pertinentes a eventos históricos em detrimento dos outros, o que por sua vez privilegia o discurso oficial do Estado e construído a mentalidade social ao longo de gerações - como é o caso da ditadura militar brasileira. Ou seja, cria-se uma narrativa oficial em detrimento de outras narrativas e fatos de pouca ou nenhuma relevância para as narrativas oficiais (Trouillot, 2016).

Nesse sentido, acreditamos que as problematizações guiadas por estas noções e categorias nos permitem questionar: quem define quais acontecimentos podem ser alçados à condição de eventos históricos, como isso é definido, o que fica de fora dessa classificação seletiva e das narrativas elaboradas a partir dela, quem é visto e quem não é visto nos acontecimentos considerados grandes eventos históricos e quem é considerado um agente transformador na história de uma nação. De modo que, analisar a textualidade dos livros didáticos, que eventos seus conteúdos colocam em destaque, como os fatos são narrados, que atores sociais ganham espaço e visibilidade nessas narrativas, que discussões são propostas na apresentação desses conteúdos, nos conduz a importantes problematizações acerca da própria forma como a história de nosso país é construída e contada.

O objetivo é tentar trazer, em contraponto, alternativas para o ensino da ditadura por meio de perspectivas distintas das convencionais, bem como problematizar o papel ativo e essencial dos indivíduos, dos professores e da escola, “de empreender a tarefa, individual e coletiva, de resgatar a memória e de revelá-la, tal e como ela é, a fim de não se repetirem os mesmos erros anteriores” (Silveira et al., 2007, p. 157). Entendendo, por um lado, que o ambiente escolar possui grande responsabilidade na formação cidadã e sobre os direitos humanos e, por outro, que o tratamento dado pelo campo das humanidades aos diversos temas questões sociais pode contribuir enormemente para uma formação criticamente consciente.

O Livro Didático

Para este levantamento exploratório foram analisados os sumários (e posteriormente os capítulos selecionados que contenham conteúdos sobre a ditadura civil-militar brasileira) de sete livros didáticos da rede estadual de ensino do estado do Tocantins, entre eles apenas um tinha em seus capítulos e tópicos temas referentes a ditadura civil-militar brasileira de 1964, este contando com menos de 2 folhas (frente e verso) para discorrer sobre o assunto. O livro analisado aqui é “*Conexões: ciências humanas e sociais aplicadas*” (Cotrim, 2020), no qual os autores fazem um apanhado geral da ditadura, que se divide em dois tópicos.

“*A ditadura civil-militar no Brasil*” é o primeiro tópico abordado, nele os autores apresentam uma contextualização da ditadura militar: o que foi e como se deu; os Atos Institucionais (AI), apresentando resumidamente algumas características dos AI; sobre quais áreas da sociedade e/ou democrática tais legislações iriam incidir. O texto faz, também, uma breve apresentação sobre as resistências que geraram a luta armada: “Com o fechamento dos canais institucionais de manifestações, alguns setores da esquerda optaram pela resistência armada e organizaram movimentos de guerrilha urbana e rurais...” (Cotrim, 2020, p. 114). E finaliza com uma contextualização do que foi o governo de Ernesto Geisel, a sua distensão política e a lei de anistia que serviria para perdoar alguns dos “crimes” cometidos por exilados políticos, mas na verdade serviu muito mais para beneficiar os próprios policiais e agentes das forças armadas, uma vez que estes foram todos anistiados por seus crimes (Cotrim, 2020, p. 113 - 115).

“*A Operação Condor e as Comissões da Verdade*” é o segundo tópico, onde os autores farão uma apresentação do contexto histórico da América Latina, onde diversos países passaram por regimes ditatoriais e, a partir deste contexto, apresentam a Operação Condor, que foi uma cooperação entre países (com a ciência e anuência da CIA e dos EUA), para permitir a captura de foragidos políticos em qualquer país da colaboração (Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia e Paraguai). Para finalizar, o texto apresenta a Comissão da Verdade como política de investigação e tentativa de reparação/condenação a crimes cometidos durante e pelo regime militar. Segundo Cotrim (2020), o Brasil foi o último país a criar a Comissão Nacional da Verdade, sendo instituída apenas em 2011 pela então presidente Dilma Rousseff. Os resultados foram apresentados em 2014 com o

relatório final, onde foram denunciados 377 agentes do Estado brasileiro como os responsáveis por crimes contra os direitos humanos. O tópico apresenta, ainda, dados sobre os assassinatos cometidos pelo regime militar, sendo 434 pessoas “comuns” e 8.350 indígenas (Cotrim, 2020, p. 118).

Percebe-se que o livro possui uma abordagem extremamente resumida e um tanto superficial a respeito do tema, restringindo-se a pequenas conceituações históricas e concentrando-se em ações institucionais operadas pelo Estado. O que termina por impossibilitar uma abordagem mais profunda e detalhada da temática dentro das salas de aulas, sobretudo, no que tange às perspectivas dos atores e grupos sociais envolvidos nos diversos momentos e contextos regionais da ditadura. O que, em nossa perspectiva, impede que os jovens alunos possuam domínio sobre a história do país, limitando seu entendimento de outros elementos fundamentais para a construção da memória social sobre a ditadura militar brasileira e privando-os de dados e ferramentas analíticas que possibilitem a compreensão de contextos sociais e problemáticas atuais da sociedade brasileira.

É de extrema importância que a juventude atual tenha acesso pleno a conteúdos referentes a esta temática em suas grades curriculares, não só para uma formação acadêmica mais completa e abrangente, mas também para uma formação social enquanto cidadãos, tendo em vista que os espaços escolares de modo geral, e as disciplinas das humanidades em específico, também assumem o lugar de formadores do indivíduo para o meio social no qual este está inserido. Formando uma geração com um maior repertório social, cultural e histórico, colabora-se para um aprofundamento e diversificação de debates sociais de forma crítica, de modo que possam fomentar discussões inerentes às questões e problemas de nossa sociedade e, mais do que isso, para os estudantes sejam capazes de transformar aos poucos a realidade que os cerca.

Contudo, como já mencionado acima, os debates referentes a esse tópico ainda são pouco realizados, tanto nas esferas públicas/sociais quanto na educação, vimos como exemplo a maneira com a qual a temática é tratada pela rede estadual de ensino do estado do Tocantins, uma região marcada historicamente por conflitos da ditadura militar, como, por exemplo a guerrilha do Araguaia. Esses debates deveriam ser inseridos na formação escolar desses alunos, para terem conhecimento sobre a historicidade de sua região, bem como de outros debates que também podem permear essa temática.

Justificativas para a ausência de tais conteúdos na formação escolar da juventude brasileira podem estar baseadas em estratégias políticas de apagamento de outras narrativas que nem sempre são bem vistas pelos órgãos governamentais, o que tem levado ao desconhecimento e esquecimento dessas outras histórias. Olhando para os conteúdos dos livros didáticos, observa-se que pouco se debate sobre a ditadura civil-militar brasileira de 1964 e boa parte do que diz respeito à história desse acontecimento tem se traduzido em apagamento, desqualificação e subjugação de narrativas não oficiais. Percebe-se que dentro da narrativa hegemônica que produz a “história oficial”, alguns personagens são indesejados e, conseqüentemente, invisibilizados em função de marcadores de gênero e sexualidade, como também raciais e de classe. Sabe-se então, que, historicamente, os principais corpos marginalizados por questões de gênero no país são os LGBTQIA +, tudo isso por esses corpos serem dissidentes das normas sociais hegemônicas de gênero, performando corporalidades e identidades consideradas inadequadas socialmente.

Resistências e Homossexualidades

Durante os 21 anos de ditadura militar brasileira, muitas foram as formas de perseguição à comunidade LGBTQIA+, bem como os aparatos “legais” como os Atos Institucionais (AI) - principalmente o AI - 5 que proibiu todas as formas de manifestações dos cidadãos brasileiros. Contudo, em contrapartida, muitas foram as formas de resistência articuladas por este grupo para que fosse possível manter um mínimo de vida social entre as pessoas da comunidade, bem como trazer para a cena pública a reivindicação por direitos civis.

Nesse período de extrema violência contra a comunidade LGBTQIA+ surgem grupos e coletivos homossexuais como o *Somos: Grupo de Afirmação Homossexual*, que foi um grupo revolucionário e à frente de seu tempo, sobretudo se consideramos as suas formas de atuação e autoorganização. A base organizacional do *Somos* era dividida em pequenos subgrupos que se responsabilizavam por diferentes atividades, como a recepção e letramento dos novos membros; grupo de ação externa, com visão mais ativista, responsável pelo contato com outros grupos, bem como a apresentação do coletivo ao público (Quinalha, 2021). Dentro do *Somos* também foram criados subgrupos para pensar a

interação entre as particularidades das letras da sigla e estimular o debate sobre esta questão, como foi o caso do *Grupo Lésbicas Feminista (LF)*, criado por 26 mulheres após ocuparem as páginas do *Lampião de Esquina* (Oliveira, 2017) - este último foi um jornal focado principalmente em promover a sociabilidade da comunidade LGBTQIA+, com publicações voltadas para informações do mundo homossexual no geral, bem como ações realizadas por grupos e coletivos organizados com o intuito de combater a ditadura civil-militar.

É, então, a partir da atuação desses grupos auto organizados que a comunidade LGBTQIA + passa a se mostrar cada vez mais para a sociedade, se afirmando como sujeitos existentes e ativos na luta por direitos sociais e contra a ditadura e as formas de opressão impostas pelos órgãos censores e pela própria sociedade. Neste contexto, o então chamado movimento homossexual se organiza para participar de atividades como a passeata do 1º de maio de 1980, organizada pelos trabalhadores em greve, onde os presentes levaram faixas de apoio aos trabalhadores e de afirmação como homossexuais e trabalhadores. No mesmo ano organizaram também passeatas diretas de combate a ditadura brasileira e seus algozes, como foi o exemplo da passeata realizada em junho de 1980 na cidade de São Paulo, contra a violência perpetrada pelo delegado Wilson Richetti, que realizou uma série de operações de “limpeza” na cidade (Green & Quinalha, 2022).

Nesse sentido também foram realizados encontros e congressos voltados para a comunidade LGBTQIA+, mas antes mesmo da realização de fato desses congressos houve outras tentativas que foram impedidas pela polícia. Como exemplo temos o que viria a ser o *1º Congresso Homossexual Brasileiro*, programado para realizar-se em 4 de julho de 1976, mas que foi impedido por uma força de 70 homens e 20 carros do *Departamento Geral de Investigação Especial da 3º DP da delegacia de vigilância-centro*. No entanto, os esforços para a realização de tais eventos não foram contidos por esse ato infeliz. Em 1980 realizou-se na cidade de São Paulo o *1º Congresso Brasileiro de Homossexuais*, assim como o *1º Encontro dos Grupos Homossexuais Organizados do Nordeste* realizado em Recife e também o *1º Encontro Paulista de Grupos Homossexuais Organizados* (Quinalha, 2021).

Surgiu também durante a ditadura o que veio a ser chamada de imprensa alternativa ou entendida, nela se encaixavam diversas colunas e jornais que tinham uma abordagem distinta das convencionais e que eram voltadas para este público perseguido

pela ditadura. Entre esses jornais, destaca-se o já mencionado Lâmpião de Esquina, fundado em 1978 na cidade do Rio de Janeiro e que, desde o seu primeiro número publicado, era direcionado a este público, tornando-se um dos principais jornais voltados para a comunidade LGBTQIA+. O Lâmpião buscava em suas páginas proporcionar “possibilidades de interação entre a comunidade, trazendo não apenas as perseguições sofridas por esse grupo, mas também as ações por ele desenvolvidas para conscientização e circulação de informações entre seu público alvo” (Green & Quinalha, 2022).

O Lâmpião de Esquina representou para a comunidade LGBTQIA+ um divisor de águas no que diz respeito às suas representações sociais para a sociedade e para o seu próprio meio, uma vez que foi a partir de suas publicações que muitos assuntos referentes a esses corpos começaram a ser debates e em um momento que nada favorável para tais discussões. Contudo, nem tudo foi perfeito, estudos mais atuais apontam uma falha na estruturação do jornal, este tinha seu corpo editorial composto unicamente por homens gays cisgênero e de classe média, o que de certo modo justifica a sua fácil transição entre as pessoas, pois seus editores teriam dinheiro para arcar com prejuízos causados pelos órgãos da ditadura, bem como a falta de mulheres e suas edições, como aponta Oliveira (2017), “a aparição tardia da temática lésbica e feminista apenas na edição de número 12, pode representar a reprodução machista de uma sociedade patriarcal e sexista” que viam o corpo feminino apenas como um objeto de desejo e prazer, e não corpo um ser pensante.

Cabe, ainda, ressaltar a participação de homossexuais nas ações mais “violentas” da esquerda durante o regime militar, visto que tivemos importantes nomes inseridos ativamente na luta armada para combate ao regime. Herbert Eustáquio de Carvalho, ou apenas Herbert Daniel, como ficou conhecido, foi um desses homossexuais que participaram na luta armada, se destacando pela sua coragem, valentia e inteligência. Herbert participou de atividades de expropriação de “dinheiro para bancar as ações de seu grupo; sequestro de embaixadores para pedido de troca com presos políticos; bem como um pequeno período na liderança da tentativa de rearticulação de seu grupo após uma série de prisões efetuadas contra estes” (Green, 2018).

Herbert Daniel então representa para a geração atual, a esperança na luta pelos direitos civis e a esperança da conquista por dias melhores em nosso país. Através de seu exemplo de luta e de vida, é possível incitar nas gerações atuais o esperar e a

identidade de uma comunidade aguerrida, gerando ainda uma conscientização através de sua imagem, não só das adversidades que a comunidade LGBTQIA+ enfrentou durante a ditadura, com as perseguições, a falta de sociabilidade em muitos momentos de suas vidas e sua fatídica “escolha” de renúncia de sua sexualidade, representa muito mais, representa a força de um corpo marginalizado, portanto, indesejado, mas que continuou na luta pelos seus ideais.

Trazemos para o debate um pouco da história de resistência da comunidade LGBTQIA+ de modo geral e de personagens específicos que marcaram essa resistência, no sentido de contribuir de algum modo para a amplificação da história desse grupo. Mapear e selecionar essas histórias que estão sendo aqui contadas, nos levam a refletir sobre a quais tipos de narrativas queremos finalmente dar voz, quais personagens têm espaço nos debates e discussões sobre a ditadura, bem como sobre a importância de aproximar nossas lentes de parcelas marginalizadas da sociedade. Nossa tentativa é selecionar alguns acontecimentos e ações que tiveram relevância na luta da comunidade LGBTQIA+ e que fizeram frente ao poder ditatorial junto a uma série de outros atores sociais, a fim de recontar também uma parte da trajetória do movimento e suas contribuições para a história do país.

Discussões

A pesquisa considera uma série de fatos históricos de grande relevância que ainda são pouco conhecidos pelo cidadão médio brasileiro, como também tenta evidenciar as diversas frentes de luta em que a comunidade LGBTQIA+ esteve atuante. Demonstrando não só que as práticas da ditadura militar incidiram de forma distinta sobre diferentes segmentos da população brasileira, como também que o preconceito e a repressão já existentes no seio da sociedade se aprofundaram neste período. O atravessamento das questões de gênero na cena política da época também nos aponta como o chamado “fato histórico” pode ser abordado de várias perspectivas e se refere a fenômenos complexos protagonizados por diversos atores e grupos sociais que são, muitas vezes, apagados sistematicamente a depender de quem narra a história. Contudo, tais apagamentos se refletem nas memórias construídas sobre determinados eventos e se reproduzem na manutenção de uma estrutura que impõe a margem como único território possível para

sujeitos indesejados ou tidos como inadequados. Estes, nomeadamente a comunidade LGBTQIA+, não têm sido considerados parte da história, dentro das grandes narrativas ou como atores sociais de relevância para a construção da democracia e consolidação dos direitos humanos em nosso país.

Quando observamos a repercussão desses processos de apagamento na esfera do ensino da ditadura civil-militar, ou seja, o ensino da história do país, a atuação de grupos minoritários e a relação das questões de gênero com direitos humanos fundamentais ainda são pouco abordadas na educação básica. Entendendo, aqui, este período histórico como tema prioritário na educação de nosso país, consideramos que o aprofundamento das narrativas sobre a ditadura e a abordagem de suas diferentes facetas serviriam para uma maior conscientização e formação do indivíduo como sujeito integrado à história do seu país. Seria, também, uma forma de demonstrar às futuras e atuais gerações os danos materiais e psicológicos causados aos cidadãos envolvidos nesse episódio, assim como as narrativas e informações presentes nos livros didáticos poderiam funcionar como um dispositivo de contenção, a fim de evitar que eventos como estes voltem a se repetir. Infelizmente, ao contrário, temos visto que tais discussões têm ocupado espaços secundários e de menor relevância no debate público atual, permitindo que narrativas distorcidas do período militar ocupem os vazios narrativos e de memória no presente.

Observa-se que o livro didático, apesar de citar brevemente as resistências à ditadura militar, acaba por fazê-lo sempre a partir de uma leitura dessas resistências como reações ao regime terminando por manter no centro do debate os órgãos repressores responsáveis por grandes perseguições a essas organizações da esquerda armada. Resumindo o conteúdo acerca desses longos processos sociais a menções pontuais de certos eventos que funcionam como marcadores de uma narrativa linear na qual faz parecer que a ditadura militar é mero pano de fundo, cenário para alguns desdobramentos na construção da democracia brasileira. Deixa-se de fora o importante papel que muitos desses grupos revolucionários exerceram no combate à ditadura e na sobrevivência de muitos aliados que foram presos e torturados. Falta, ainda, nesses materiais uma abordagem sobre a diversidade de grupos que resistiram e contribuíram na conscientização e no combate à ditadura, aqui destacamos a comunidade LGBTQIA+, que permita também desfazer uma imagem de massa homogênea de resistência sob o rótulo de “civis” e produzir uma compreensão mais aprofundada da marginalização histórica deste grupo

em específico e de como a ditadura atuou para tal.

Assim, buscamos aqui não só expor algumas fragilidades do sistema da educação básica brasileira, mas também como uma determinada mentalidade social, estruturada em certos dispositivos de exclusão e marginalização, se reproduz nos processos formativos do país e da sociedade brasileira como um todo que volta a repetir erros do passado. É preciso então, que a pesquisa social esteja presente nos materiais pelo compartilhamento de dados, fontes e resultados de pesquisas robustas que permitam trazer para a sala de aula elementos, atores e contextos que ultrapassem a “história oficial”. Possibilitando não só uma pluralização das narrativas através da polifonia de discursos e vozes, como também trazendo à tona personagens/indivíduos com os quais crianças e adolescentes possam se identificar e se sentir cada vez mais representados nas páginas dos livros didáticos e na sociedade, bem como pertencentes a uma comunidade. Trata-se, ainda, de um movimento também reparatório que pode restituir o direito à memória para grupos historicamente marginalizados.

Considerações Finais

Observou-se que o modelo educacional atuante nas escolas, exposto pelos livros didáticos e focado nas grandes narrativas instituídas pelos grupos hegemônicos, apresenta grandes déficits de conteúdos ao abordar os eventos referentes à ditadura civil-militar de 1964 no Brasil. Isso se deve em grande parte às resistências que o Estado apresenta em “abrir os arquivos da ditadura” (Silveira et al., 2007, p. 158) e, conseqüentemente, revelar as memórias que revelam a responsabilidade do Estado. Deste modo, abrir as memórias e arquivos para debates mais profundos a respeito do tema permitiria que os materiais didáticos formulados para o ensino de História e Sociologia possam ter mais subsídios para expandir e aprofundar as narrativas e debates sobre a ditadura militar brasileira. Outro ponto que pode ser destacado refere-se à própria estrutura do ensino básico no qual disciplinas como a Sociologia têm, historicamente, pouco espaço nos currículos, mas também às restrições que o campo das humanidades vem sofrendo com as reformas no ensino médio.

Considerando que, por hora, ainda não podemos contar com um acesso democratizado aos arquivos da ditadura, propomos os educadores possam recorrer a materiais de apoio, como obras de pesquisadores, artistas, literários, e ativistas, que nos

permitam pensar em abordagens distintas das convencionalmente propostas nos livros didáticos e viabilizar o ensino a partir de outras fontes de dados, de perspectivas educacionais críticas e de uma política da memória a respeito da ditadura civil-militar brasileira. Não só a fim de que os estudantes tenham um maior domínio dos conteúdos e da história da formação deste país, mas também como forma de educar e conscientizar para a cidadania e defesa dos direitos humanos.

Busca-se, assim, propor um ensino plural e uma abordagem mais abrangente dos temas, capaz de visibilizar diferentes facetas e atores sociais envolvidos em eventos históricos traumáticos e ligados a sérias violações de direitos humanos fundamentais, entendendo que a educação desempenha um papel fundamental na construção politizada da memória e na conscientização coletiva e individual dos estudantes. Uma conscientização que pode, inclusive, fortalecer demandas por reparação e rechaçar discursos ultra-conservadores que têm buscado, nos últimos anos, operar um revisionismo histórico em favor de um conjunto de valores morais que circunscrevem, mais uma vez, esses sujeitos na marginalidade e agentes da anomia social.

Entendemos ainda que possibilitar tais debates em sala de aula contribuirá para o combate à homofobia que se faz presente nas escolas e que afetam diretamente alunos e professores das mais diversas formas possíveis. Dialogar sobre esses tópicos em sala de aula contribui para a construção de uma sociedade mais igualitária e sem preconceitos, de modo a possibilitar que os alunos assimilem a importância de se abordar esses assuntos em sala, bem como a relevância da comunidade LGBTQIA+ para a construção social deste país.

Referências

Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2002). *Pesquisa Qualitativa com Texto: imagem e som: um manual prático*. tradução de Pedrinho A. Guareschi.- Petrópolis, RJ : Vozes.

Cotrim, G. et al. (2020). *Conexões: ciências humanas e sociais aplicadas*. 1. Ed. São Paulo, SP: Moderna.

Green, J. N., & Quinalha, R. (2022). *Ditadura e Homossexualidades: Repressão, resistência e busca da verdade*. 5º reimp. São Carlos, SP: Edufscar.

Green, J. N., & Quinalha, R. (2015). Homossexualidades, repressão e resistência durante a ditadura. Comissão Nacional da Verdade.(Org.). In *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade*, 2, 289-302.

Green, J. N. (2018). *Revolucionário e Gay: A vida extraordinária de Herbert Daniel, pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão*. 1º ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

Minayo, M. C. S. (2002). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Oliveira, L. F. (2017). Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Civil-Militar (1964-1985). *Periodicus*, 7(1), 06-19.

Quinalha, R. (2021). *Contra a moral e os bons costumes: A ditadura e a repressão à comunidade LGBT*. 1º ed. São Paulo, SP: Companhia das letras.

Quinalha, R. (2022). *Movimento LGBTI+: Uma breve história do século XIX aos nossos dias*. 1º ed. 1º reimp. Belo Horizonte, MG: Autêntica.

Mahmood, S. (2019). Teoria Feminista, Agência e Sujeito Liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. *Etnográfica*, 23(1), 135 - 175.

Silveira, R. M. G., Dias, A. A., Ferreira, L. F. G., Feitosa, M. L. P. A. M., & Zenaide, M. N. T. (2007). *Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa, PB: Editora Universitária.

Trouillot, M. R (2016). *Silenciando o Passado: poder e a produção da história*. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba, PR: Huya.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 08/11/2024
Aprovado em: 15/11/2024
Publicado em: 18/12/2024

Received on November 08th, 2024
Accepted on November 15th, 2024
Published on December, 18th, 2024

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 10	e19451	UFNT	2025	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	-------	--------	------	------	-----------------

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Cavalcante Júnior, G. F., & Mendes, C. R. (2025). Reinventando/recontando a Ditadura: novas narrativas e perspectivas para abordar a ditadura militar no ensino de sociologia e história na educação básica. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 9, e19451.

ABNT

CAVALCANTE JÚNIOR, G. F.; MENDES, C. R. Reinventando/recontando a Ditadura: novas narrativas e perspectivas para abordar a ditadura militar no ensino de sociologia e história na educação básica. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 9, e19451, 2025.